G20, G7 e OCDE

G20, G7 y OCDE

G20, G7 and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Deliberações de Comércio do G20 em Milwaukee Antecipam Desafios para a Cúpula de Líderes

Las deliberaciones sobre comercio del G-20 en Milwaukee anticipan desafíos para la Cumbre de Líderes

G20 Trade Discussions in Milwaukee Foreshadow Challenges for the Leaders' Summit

Resumo: O presente informe analisa os desdobramentos da Reunião Ministerial de Comércio do G20 em Milwaukee, etapa preparatória para a Cúpula de Líderes na Flórida. O documento examina as fricções que marcaram o encontro sob a presidência norte-americana, destacando a ausência de consenso em temas como sobrecapacidade industrial, cláusula da Nação Mais Favorecida e trabalho forçado, em contraste com a aprovação consensual da declaração contra a instrumentalização dos alimentos. O texto detalha a firme oposição da delegação brasileira à proliferação de fóruns paralelos em defesa da centralidade da OMC, articulando esse posicionamento aos atritos tarifários bilaterais entre Brasília e Washington, e conclui com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo discurso em favor do multilateralismo e as repercussões internacionais antecipam um cenário de resistência política à agenda norte-americana na Cúpula dos Líderes.

Palavras-chave: G20; EUA.

Resumen: *El presente informe analiza los resultados de la Reunión Ministerial de Comercio del G-20 celebrada en Milwaukee, etapa preparatoria para la Cumbre de Líderes en Florida. El documento examina las tensiones que marcaron la reunión bajo la presidencia estadounidense, destacando la falta de consenso en temas como el exceso de capacidad industrial, la cláusula de la nación más favorecida y el trabajo forzoso, en contraste con la aprobación por consenso de la declaración contra la weaponización de los alimentos. El texto detalla la firme oposición de la delegación brasileña a la proliferación de foros paralelos en defensa de la centralidad de la OMC, relacionando esta postura con los roces arancelarios bilaterales entre Brasilia y Washington, y concluye con la reelección de Luiz Inácio Lula da Silva, cuyo discurso a favor del multilateralismo y cuyas repercusiones internacionales anticipan un escenario de resistencia política a la agenda estadounidense en la Cumbre de Líderes.*

Palabras clave: *G20; EE. UU.*

Abstract: *This report analyzes the developments of the G20 Trade Ministerial Meeting in Milwaukee, a preparatory step for the Leaders' Summit in Florida. The document examines the*

tensions that marked the meeting under the U.S. presidency, highlighting the lack of consensus on issues such as industrial overcapacity, the Most-Favored-Nation clause, and forced labor, as opposed to the unanimous approval of the declaration against the weaponization of food. The text details the Brazilian delegation's firm opposition to the proliferation of parallel forums in defense of the WTO's central role, linking this stance to the bilateral tariff disputes between Brasília and Washington, and concludes with the reelection of Luiz Inácio Lula da Silva, whose advocacy for multilateralism and the resulting international repercussions foreshadow a scenario of political resistance to the U.S. agenda at the Leaders' Summit.

Keywords: *G20; USA.*

Em continuidade às deliberações que antecedem a realização da Cúpula de Líderes, realizou-se em Milwaukee, no estado de Wisconsin, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2026, a Reunião Ministerial de Comércio do G20. A programação oficial articulou sessões formais de negociação, fóruns temáticos paralelos, visitas técnicas e compromissos institucionais. O calendário de atividades teve início na véspera do encontro, com uma recepção de boas-vindas oferecida conjuntamente pela *Business Roundtable* e pela *National Association of Manufacturers*. Durante os dias do evento, os temas discutidos giraram em torno de quatro eixos prioritários de trabalho: a instrumentalização e a armamentização dos alimentos, o excesso de capacidade e de produção estruturais, a revisão do princípio da Nação Mais Favorecida (MFN, na sigla em inglês)[1] e a erradicação do trabalho forçado nas cadeias globais de suprimento. Para além dessas discussões, os membros contaram com uma visita técnica guiada às instalações da *Rockwell Automation*, oportunidade em que os ministros do G20 conversaram com dirigentes industriais sobre o fortalecimento das cadeias de suprimento e as estratégias voltadas à reindustrialização; além de um jantar oferecido em conjunto pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) e pelo Departamento de Agricultura (USDA).

O discurso de abertura foi proferido pelo Representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, no salão principal do Pfister Hotel. Na ocasião, Greer resgatou o título histórico da cidade como a oficina mecânica do mundo para simbolizar a base produtiva, industrial e agrícola que o governo norte-americano busca incentivar. No plano histórico, o embaixador recordou que, naquele mesmo espaço, em novembro de 1959, o então senador John F. Kennedy proferiu o discurso intitulado "*The Years the Locusts Have Eaten*", alertando para a perda de competitividade industrial e agrícola da nação e criticando a inércia política e a fidelidade cega às regras multilaterais. Greer estabeleceu uma ponte direta com a atualidade ao sustentar que a economia global padece há mais de uma década de desequilíbrios macroeconômicos, excesso de capacidade estrutural e coerção econômica sem respostas efetivas, ressaltando que os compromissos assumidos pelo G20 em 2016 para conter a superprodução industrial converteram-se, dez anos depois, em distorções ainda mais acentuadas no comércio internacional.

[1] Estabelecido no GATT em 1994, o Princípio da Nação Mais Favorecida (NMF) é uma regra de não discriminação no comércio internacional que determina que se um país concede uma vantagem comercial a um Estado, deve estender o mesmo benefício de forma automática a todos os demais membros da Organização Mundial do Comércio.

Assim, em sua intervenção, o embaixador defendeu a estratégia comercial da administração de Donald Trump, enfatizando a combinação de tarifas e acordos bilaterais como ferramentas para reduzir o déficit comercial, fortalecer a resiliência das cadeias produtivas e restabelecer o equilíbrio e a reciprocidade no comércio global. Ao detalhar os quatro pilares da conferência, Greer condenou o uso de ações comerciais coercitivas envolvendo produtos agrícolas pelos graves prejuízos humanitários e econômicos decorrentes, denunciou as políticas não orientadas pelo mercado que geram superprodução e transbordam para os mercados mundiais sufocando empresas e trabalhadores locais, defendeu a reavaliação da aplicação incondicional do princípio da Nação Mais Favorecida sob o argumento de que a regra atual limita a capacidade dos Estados de responder a práticas distorcidas, e qualificou o trabalho forçado como uma violação humanitária e uma forma de concorrência desleal que introduz mercadorias a preços artificialmente reduzidos no mercado.

Figura 1: Ministros e autoridades reunidos na Reunião de Comércio do G20 em Milwaukee.



Fonte: G20, 2026.

Para ilustrar a necessidade de reformar o sistema multilateral herdado do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1947 e da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 1995, Greer recorreu a metáforas da arquitetura internacional. Mencionando uma experiência brasileira, o embaixador citou a arquiteta Lina Bo Bardi e a conversão de uma fábrica abandonada de tambores de aço em São Paulo no centro cultural Sesc Pompeia, além de mencionar o arquiteto chinês Wang Shu pelo reaproveitamento de materiais de edificações históricas para erguer estruturas contemporâneas. A dimensão processual e de longo prazo da reconstrução do sistema internacional foi comparada à Basílica da Sagrada Família de Antoni Gaudí, em Barcelona, momento em que dirigiu uma menção descontraída ao ministro do comércio da Índia, Piyush Goyal, qualificando-o como ministro vitalício. Por fim, Greer invocou o legado do arquiteto local de Wisconsin, Frank Lloyd Wright, para reforçar a premissa de que a política comercial norte-americana procura conectar o passado, a comunidade e o futuro de forma sustentável.

A despeito da tentativa da administração norte-americana de destacar consensos pontuais, a cobertura da imprensa internacional, incluindo apurações da *Reuters* e da *Associated*

Press, revelou que o encontro em Milwaukee terminou com escassos avanços práticos e sob um clima de tensão diplomática entre as maiores economias do mundo. As negociações foram marcadas por divergências, pela incapacidade de fechar acordos multilaterais sobre temas centrais para Washington e por embates diretos entre grandes blocos econômicos. A principal prioridade dos Estados Unidos consistia em obter uma condenação coletiva do G20 à sobrecapacidade industrial. O governo norte-americano acusou abertamente a China de conceder subsídios massivos a setores como aço, automóveis, baterias, papel e semicondutores, gerando uma produção que excede em muito a demanda interna e inunda os mercados internacionais com produtos vendidos abaixo do custo de produção, desestruturando indústrias e empregos nos Estados Unidos e em outros países.

A iniciativa dos EUA esbarrou na veemente oposição de Pequim, que rejeitou as acusações de superprodução industrial, qualificando a narrativa ocidental como um artifício retórico destinado a justificar práticas protecionistas contrárias às normas da OMC. Diante do bloqueio a uma declaração conjunta do bloco sobre o tema, Greer declarou à imprensa que quase todos os países reconhecem a necessidade de agir e concordam que o sistema atual de reparações comerciais é insuficiente para resolver a questão, usando essa alegada ineficácia multilateral para justificar a imposição de tarifas unilaterais pelos Estados Unidos. Esse embate contrasta com o precedente da reunião de Finanças do G20, realizada em meados de setembro na Carolina do Norte, na qual todos os membros do fórum, à exceção da China, concordaram em adotar medidas contra políticas econômicas "não mercadológicas" e distorções comerciais que geram dependência excessiva das exportações. A preocupação norte-americana foi publicamente respaldada pela União Europeia, por meio do Comissário de Comércio, Maros Sefcovic, que alertou para a ameaça direta das exportações chinesas aos segmentos industriais europeus vitais, como a siderurgia e o setor automotivo, advertindo que o transbordamento da superprodução global atingiu um patamar crítico, capaz de colocar setores inteiros em perigo no prazo de poucas semanas ou meses.

A impossibilidade de consenso no fórum, no entanto, impulsionou a fragmentação dos debates em arranjos paralelos e restritos a parceiros alinhados. No âmbito do Fórum Global sobre Excesso de Capacidade de Aço da OCDE, estrutura que não conta com a participação da China e da Índia, um grupo composto por 28 países ocidentais concordou em articular o aumento de tarifas contra o aço chinês e em combater subsídios governamentais. Semanas após a reunião de Milwaukee, os Estados Unidos articularam uma declaração externa assinada por doze membros do G20 juntamente com a União Europeia e a Polônia, congregando Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, França, Itália, Japão, México, Reino Unido, Turquia e Índia na condenação explícita de sobrecapacidades produtivas não orientadas pelo mercado. Essa iniciativa paralela deixou de fora potências emergentes e parceiros tradicionais, como China, Brasil, Indonésia, Rússia, Arábia Saudita e África do Sul, o que ensejou declarações de Greer no sentido de que, diante de um sistema comercial global disfuncional, a administração norte-americana avançaria com correções estruturais ao lado de parceiros que compartilham de sua visão.

O ambiente de animosidade multilateral refletiu-se igualmente na relação bilateral entre os Estados Unidos e o Canadá ao longo de todo o evento. As delegações reuniram-se no ápice de uma severa escalada tarifária iniciada recentemente, quando o governo norte-americano impôs tarifas de 50% sobre cerca de 20 bilhões de dólares em produtos canadenses, deflagrando retaliações imediatas por parte de Ottawa e levando a Casa Branca a proibir, na

própria semana da reunião em Milwaukee, a importação de quase 1 bilhão de dólares em bebidas alcoólicas, laticínios e motocicletas do Canadá. Em meio a esse impasse, o ministro canadense responsável pelo comércio com os Estados Unidos, Dominic LeBlanc, ausentou-se do encontro. Coube ao ministro encarregado do comércio exterior para mercados não norte-americanos, Maninder Sidhu, comparecer a Milwaukee para acelerar a diversificação comercial do país, mantendo negociações bilaterais com o ministro indiano Piyush Goyal e destacando um crescimento de 17%, equivalente a 33 bilhões de dólares, no intercâmbio comercial canadense fora dos Estados Unidos. Em declarações públicas, Sidhu fez um apelo direto aos anfitriões pela retomada da cooperação mútua, apontando que ambos os países compartilham desafios semelhantes, ao passo que Greer sustentou em entrevista à *Fox Business* que as portas norte-americanas continuam abertas a um acordo, embora tenha reconhecido a complexidade dos temas pendentes.

A resistência de parte expressiva do G20 manifestou-se também em torno das pautas de trabalho forçado e da revisão do princípio da Nação Mais Favorecida. Os ministros não alcançaram consenso para incluir compromissos de fiscalização e proibições de importação vinculadas a alegações de trabalho forçado, agenda que tem servido de sustentação jurídica para a aplicação de tarifas pela administração Trump contra 59 países e a União Europeia, alcançando 99% das importações norte-americanas após a Suprema Corte ter invalidado, em fevereiro de 2026, as tarifas universais instituídas no ano anterior. A recusa gerou frustração em Greer, que denunciou a falta de disposição dos membros do bloco em banir bens produzidos sob essas condições. No tocante ao princípio da Nação Mais Favorecida, os Estados Unidos defenderam formalmente o fim de sua aplicação incondicional, sustentando que a regra enfraquece a reciprocidade e permite a existência de participantes que se beneficiam do sistema comercial sem cumprir obrigações equivalentes. A representação norte-americana optou por não demandar um posicionamento conjunto imediato sobre o MFN, caracterizando a iniciativa como o início de um debate estrutural de longo prazo. Em conversas reservadas de bastidor, Greer tratou ainda com homólogos da França e da Alemanha sobre a liberação coordenada de estoques estratégicos de diesel para amenizar pressões sobre a oferta e os preços internacionais, evitando pronunciar-se sobre apurações da imprensa acerca de eventuais advertências de Washington sobre restrições às exportações norte-americanas de combustível caso os governos europeus não liberassem suas reservas.

Em meio a esse cenário de divisões e bloqueios, o único resultado formal chancelado por todos os integrantes do fórum foi a Declaração dos Ministros de Comércio do G20 sobre a Instrumentalização dos Alimentos por meio de Ações Comerciais Coercitivas (*G20 Trade Ministers' Statement on the Weaponization of Food through Coercive Trade Actions).* Em texto conciso, o documento estabelece uma condenação clara contra governos que adotam medidas destinadas a desacelerar, interromper, bloquear ou canalizar o comércio internacional de alimentos, produtos agrícolas e insumos, com a finalidade de exercer pressão coercitiva e obter concessões geopolíticas não relacionadas ao setor. O texto assinala que essas condutas ameaçam o sustento das populações, corroem a confiança nos mercados internacionais, distorcem a livre concorrência entre produtores e consumidores e impactam severamente a segurança alimentar de populações vulneráveis. A declaração manifesta profunda preocupação com o uso de barreiras formais ou informais que utilizam falsas alegações regulatórias ou sanitárias para disfarçar objetivos de coerção política, estabelecendo salvaguarda expressa para medidas transparentes e em conformidade com as regras internacionais voltadas a cumprir metas legítimas de política interna, como a segurança alimentar nacional. Essa convergência

humanitária foi reiterada pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, que confirmou o entendimento de que restrições comerciais não podem ser instrumentalizadas de modo a vulnerabilizar o abastecimento básico de alimentos.

A despeito dessa adesão pontual ao documento voltado à instrumentalização de alimentos, a atuação da delegação brasileira em Milwaukee caracterizou-se por uma oposição abrangente às quatro prioridades comerciais apresentadas pela presidência norte-americana, conforme relatado em reportagem do Valor Econômico. Representado pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e por Márcio Elias Rosa, o governo brasileiro rejeitou a adesão a mecanismos bilaterais e plataformas paralelas, sustentando a premissa de que qualquer revisão estrutural nas regras do comércio internacional deve ser conduzida formalmente no âmbito do processo de reforma da OMC. No tocante à flexibilização da cláusula da Nação Mais Favorecida, o Brasil classificou a iniciativa como inadequada, defendendo que o princípio constitui a espinha dorsal da ordem multilateral e não pode ser objeto de flexibilização por meio de entendimentos pontuais no G20, interpretação que encontra respaldo no próprio relatório mundial da OMC de 2026 ao qualificar a regra como alicerce indispensável da cooperação global. No debate sobre a superprodução, voltado a conter setores industriais e de transição energética não guiados pelo mercado com foco explícito na China, Brasília reconheceu os reflexos do avanço da competitividade asiática sobre a indústria nacional, mas recusou a criação de estruturas regulatórias fora da OMC, advogando que eventuais medidas de salvaguarda e contenção devem permanecer vinculadas aos instrumentos multilaterais de defesa comercial preexistentes.

A mesma postura crítica orientou o posicionamento brasileiro sobre o trabalho forçado e a segurança alimentar. Diante da proposta norte-americana de instituir mecanismos de intercâmbio de dados e de fiscalização no G20 para banir mercadorias associadas ao trabalho compulsório, a diplomacia brasileira manifestou profunda apreensão com o risco de que o dispositivo seja instrumentalizado como barreira protecionista disfarçada para restringir mercados, opondo-se à iniciativa enquanto o tema continuar a ser utilizado como mecanismo de tarifação unilateral. Essa desconfiança decorreu da recente imposição de uma sobretaxa de 12,5% sobre produtos brasileiros, sob a justificativa de fiscalização do trabalho forçado. Já no que tange à instrumentalização dos alimentos, apesar de ter aceito a declaração sobre o tema, o Brasil inicialmente avaliou que a formulação apresentada pelos Estados Unidos era restritiva por não contemplar a totalidade dos bloqueios que vitimam populações civis, defendendo um enquadramento integralmente alicerçado no Direito Internacional e no Direito Humanitário que incorporasse, obrigatoriamente, episódios críticos como os bloqueios impostos à Faixa de Gaza, até convergir para o consenso final centrado no suprimento alimentar.

Por fim, como desdobramento das eleições presidenciais brasileiras, em seu primeiro discurso após a confirmação de sua reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um breve aceno ao G20 e a outros fóruns internacionais de articulação política, como o BRICS e o G7. Ao qualificar o resultado eleitoral como uma vitória contra o negacionismo e a mentira, Lula invocou sua rotina de reuniões anuais para destacar a diversidade de espaços que frequenta e a seriedade com que se debatem os grandes temas globais, contrapondo essa trajetória multilateral ao que definiu como uma completa ausência de humanismo no confronto eleitoral doméstico.

O resultado das urnas repercutiu imediatamente entre as lideranças internacionais e nos próprios polos que disputam a governança do G20. No bloco europeu, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa, figuraram entre os primeiros a felicitar Lula, resgatando a estreita colaboração mantida para a conclusão do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul. Em sua mensagem, Von der Leyen sustentou que a democracia e o multilateralismo saíram vitoriosos no Brasil, sublinhando a continuidade da parceria bilateral em prol de um comércio livre e aberto, de uma ordem global baseada em regras e de fortes ambições para a agenda do clima. António Costa, que conversou diretamente com Lula, pontuou que o povo se pronunciou de forma soberana, reiterando o compromisso de aprofundar os laços mútuos, enfrentar os desafios globais e construir um cenário internacional mais pacífico e próspero. Donald Trump, por sua vez, ao ser questionado por jornalistas sobre uma eventual reação ao resultado, declarou que não governa o Brasil, mas sim os Estados Unidos, assinalando que mantém apreço por Lula e que se relaciona muito bem com ele, embora tenha qualificado como "muito estranha" a prorrogação concedida durante o processo eleitoral. No âmbito regional, líderes de direita do continente e aliados de Washington, como o presidente colombiano Abelardo de la Espriella e a peruana Keiko Fujimori, reconheceram formalmente a vitória de Lula, enquanto o presidente argentino, Javier Milei, não se manifestou até o fechamento dessas informações.

A validação dessa liderança nas urnas e o respaldo das mensagens europeias e regionais projetam um quadro de tensões e incertezas para a Cúpula de Líderes do G20, prevista para os dias 14 e 15 de dezembro na Flórida. As divergências substantivas registradas em Houston, durante o encontro do GT de Abundância Energética, abordado no informe anterior, e, recentemente, em Milwaukee, demonstram que as propostas da presidência norte-americana enfrentarão oposição no plenário de chefes de Estado. Longe de encontrar um ambiente de chancela passiva para a sua agenda econômica, os preparativos para o encerramento do mandato dos Estados Unidos indicam que o encontro na Flórida será palco de confrontos sobre a governança global, a segurança energética e o papel das instituições multilaterais.

Referências

Alma Preta. (2026, outubro). Confira a íntegra do discurso de Lula após vitória eleitoral. Alma Preta Jornalismo. https://almapreta.com.br/sessao/politica/integra-discurso-lula-quarto-mandato/

Associated Press. (2026, outubro). G20 trade ministerial marked by disputes over tariffs, Canada and China. AP News. https://apnews.com/article/trade-trump-canada-china-a49cd9e6132e9ad7937b7b35f08e0470

G1. (2026, 26 de outubro). Trump fala sobre eleição no Brasil: 'Pareceu mais uma eleição fraudada'. G1. https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/10/26/trump-fala-sobre-eleicao-no-brasil-pareceu-mais-uma-eleicao-fraudada.ghtml

G20. (2026, 1 de outubro). G20 Trade Ministers' statement on the weaponization of food through coercive trade actions. Office of the United States Trade Representative. https://ustr.gov/sites/default/files/files/Press/Releases/Final%20G20%20Statement%20Weaponization%20of%20Food%20for%20Members.pdf

Moreira, A. (2026, outubro). Brasil se opõe às quatro propostas dos EUA no G20 de comércio. Valor Econômico. https://valor.globo.com/google/amp/opiniao/assis-moreira/coluna/brasil-se-opoe-as-quatro-propostas-dos-eua-no-g20-de-comercio.ghtml

Office of the United States Trade Representative. (2026a, outubro). Ambassador Greer issues statement on G20 trade ministers reaching consensus condemning weaponization. https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/october/ambassador-greer-issues-statement-g20-trade-ministers-reaching-consensus-condemning-weaponization

Office of the United States Trade Representative. (2026b, setembro). Ambassador Greer to travel to Milwaukee, Wisconsin to host G20 Trade Ministerial. https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/september/ambassador-greer-travel-milwaukee-wisconsin-host-g20-trade-ministerial

Office of the United States Trade Representative. (2026c, setembro). Ambassador Greer's opening remarks at the G20 Trade Ministerial. https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/speeches-and-remarks/2026/september/ambassador-greers-opening-remarks-g20-trade-ministerial

Reuters. (2026a, 1 de outubro). G20 trade chiefs denounce food trade coercion, not excess factory capacity. https://www.reuters.com/world/china/g20-trade-chiefs-denounce-food-trade-coercion-not-excess-factory-capacity-2026-10-01/

Reuters. (2026b, 1 de outubro). Greer urges G20 to back Trump tariff agenda, takes aim at China. https://www.reuters.com/world/china/greer-urges-g20-back-trump-tariff-agenda-takes-aim-china-2026-10-01/

Reuters. (2026c, 7 de outubro). Some G20 trade ministers sign US-led statement denouncing excess factory capacity. https://www.reuters.com/business/some-g20-trade-ministers-sign-us-led-statement-denouncing-excess-factory-2026-10-07/

G7: resultados técnicos em Bangkok e o consenso rompido sobre a Rússia

G7: resultados técnicos en Bangkok y la falta de consenso sobre Rusia

G7: technical results in Bangkok and the lack of consensus on Russia

Resumo: Entre 12 e 25 de outubro de 2026, os ministros de Finanças e de Desenvolvimento do G7 se reuniram em Bangkok e anunciaram recursos para Chernobyl e para a segurança alimentar. Não houve comunicado conjunto. No mesmo período, os Estados Unidos flexibilizaram as sanções à Rússia, contrariando o compromisso assumido pelo grupo dias antes, e os países europeus reagiram.

Palavras-chave: G7; sanções à Rússia; segurança energética.

Resumen: *Entre el 12 y el 25 de octubre de 2026, los ministros de Finanzas y de Desarrollo del G7 se reunieron en Bangkok y anunciaron fondos para Chernóbil y para la seguridad alimentaria. No hubo comunicado conjunto. En el mismo período, Estados Unidos flexibilizó las sanciones a Rusia, en contra del compromiso asumido por el grupo días antes, y los países europeos reaccionaron.*

Palabras clave: *G7; sanciones a Rusia; seguridad energética.*

Abstract: *Between October 12 and 25, 2026, G7 finance and development ministers met in Bangkok and announced funding for Chornobyl and for food security. No joint communiqué was*

issued. In the same period, the United States eased sanctions on Russia, contrary to the commitment the group had made days earlier, and European countries pushed back.

Keywords: *G7; sanctions on Russia; energy security.*

Na última quinzena, dois eventos no âmbito chamaram a atenção. Primeiramente, a agenda técnica da presidência francesa avançou com duas reuniões ministeriais em Bangkok, à margem das reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Segundo, houve uma fratura entre os Estados Unidos e os membros europeus sobre as sanções à Rússia, apenas duas semanas depois da declaração de líderes de 2 de outubro reafirmando o compromisso do grupo com sua manutenção (ELYSÉE, 2026a).

A reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais ocorreu em 15 de outubro e foi copresidida pelo ministro francês Roland Lescure e pelo governador do Banque de France, Emmanuel Moulin. Também contou com Brasil, Egito, Índia, Coreia do Sul e Quênia como países convidados, além de FMI, Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Conselho de Estabilidade Financeira. O ministro de finanças e o presidente do banco central da Ucrânia participaram da sessão sobre o país. Não houve comunicado conjunto, apenas uma nota da presidência (FRANCE, 2026a). O secretário do Tesouro, Scott Bessent, não compareceu, alegando "compromissos internos", em meio a pressões domésticas pela guerra com o Irã e pelos juros elevados; a delegação norte-americana foi chefiada pelo vice-secretário Francis Brooke, o que chamou a atenção, pois os Estados Unidos ocupam a presidência do G20, e a reunião de ministros das Finanças do grupo será essa semana (MALAY MAIL, 2026).

Os resultados foram de alcance limitado, mas com algumas medidas: os membros manifestaram preocupação com a segurança nuclear após o ataque de drone russo à usina de Chernobyl e anunciaram a intenção de contribuir com € 260 milhões para os reparos urgentes do Novo Confinamento Seguro, cujo custo é estimado em pelo menos € 500 milhões. Os demais parceiros foram convidados a contribuir em uma conferência de doadores em Paris, em 9 de novembro, copresidida por França, Ucrânia e Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (FRANCE, 2026a). Os ministros também discutiram os efeitos dos modelos de inteligência artificial de fronteira sobre os riscos cibernéticos no setor financeiro. Segundo a ministra japonesa Satsuki Katayama, foi aprovada em nível ministerial a realização de exercícios de simulação de ataques cibernéticos conduzidos com inteligência artificial, que reunirão ministérios de Finanças, bancos centrais e, eventualmente, instituições privadas (REUTERS, 2026b). A sessão com os países convidados tratou dos desequilíbrios macroeconômicos globais, um dos eixos da presidência francesa (FRANCE, 2026a).

No dia seguinte, os ministros do desenvolvimento se reuniram sob a presidência da ministra delegada Éléonore Caroit, com Índia, Quênia e Coreia do Sul como convidados. A reunião marcou a publicação do relatório de prestação de contas de Évian, que acompanha a nova abordagem de "parcerias mutuamente benéficas" adotada na cúpula de junho. Desde o início da crise no Oriente Médio, o G7 mobilizou US$ 2,5 bilhões para o plano sobre fertilizantes e resiliência dos sistemas alimentares, cerca de 95% em doações e em grande parte destinados à África. Na saúde, os ministros saudaram 16 pactos nacionais de saúde firmados no marco da soberania sanitária adotado em abril, com outros 14 previstos até o fim do ano, com foco em saúde materna, neonatal e infantil, e discutiram a resposta ao Ebola na República Democrática

do Congo, de forma a manter o compromisso político de evitar a propagação da doença na região. Também reafirmaram a meta da Parceria para Infraestrutura e Investimento Global de mobilizar US$ 600 bilhões até 2027 e mencionaram a transição para a presidência norte-americana do G7 em 2027 (FRANCE, 2026b).

O principal acontecimento político da quinzena, porém, ocorreu fora das reuniões formais. Em 9 de outubro, após um telefonema entre Donald Trump e Vladimir Putin, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Tesouro norte-americano emitiu uma licença geral que autoriza a compra e a importação de diesel de origem russa até 7 de abril de 2027 (CLYDE & CO, 2026a). Volodymyr Zelensky classificou o acordo como "um presente de aniversário para Putin" e afirmou que ele "mostra fraqueza do mundo" (AXIOS, 2026). No dia seguinte, Trump respondeu que a Ucrânia deveria "arranjar um novo líder que consiga fazer um acordo" e culpou os ataques ucranianos às refinarias russas pela alta do diesel nos Estados Unidos (EURONEWS, 2026a). O primeiro-ministro britânico, Andy Burnham, telefonou a Zelensky para expressar sua "total solidariedade" (CTV NEWS, 2026).

Na quinzena, a divergência se aprofundou. Em 12 de outubro, o chanceler alemão, Friedrich Merz, declarou que o acordo sobre o diesel estava "fora de questão" para a Alemanha e a Europa e reafirmou a manutenção das sanções (MORUNG EXPRESS, 2026). No mesmo dia, a União Europeia incluiu 1.569 pessoas e entidades ligadas à indústria militar russa em sua lista de sanções, a maior rodada de designações desde 2022 (EEAS, 2026). Em 16 de outubro, Trump assinou ordem executiva que suspendeu, dois dias antes de entrarem em vigor, a maior parte das sanções e tarifas previstas na Lei Graham, entre elas tarifas de 500% sobre produtos russos e de até 100% sobre bens de grandes compradores de petróleo russo, como Índia e China (CLYDE & CO, 2026b; NEWSWEEK, 2026). A medida foi criticada inclusive por republicanos; o senador Thom Tillis a chamou de "mais do que irresponsável" (NEWSWEEK, 2026). No mesmo dia, o Conselho Europeu registrou em suas conclusões que "lamenta" a decisão norte-americana de suspender temporariamente as sanções ao diesel russo (CONSELHO EUROPEU, 2026).

O episódio expõe mais uma vez o limite dos compromissos e do multilateralismo a que o G7 se propõe. Em 2 de outubro, uma declaração foi emitida, sendo a primeira conjunta desde Évian, que incluiu a reafirmação das sanções para ancorar a resposta coletiva à crise do diesel. Uma semana depois, os EUA optam por uma solução bilateral com Moscou para o mesmo problema.

Na energia, os desdobramentos da declaração de 2 de outubro confirmaram que a crise do diesel é estrutural. Em 14 de outubro, o relatório mensal da Agência Internacional de Energia (AIE) estimou que o mercado de diesel seguirá apertado até 2027 e que os estoques perdidos só devem ser recompostos no segundo semestre daquele ano; o Brent oscilava em torno de US$ 106 o barril (EURONEWS, 2026b). No dia seguinte, o Conselho de Governadores da agência decidiu acelerar as liberações pendentes da ação coletiva de março, incluindo mais de 20 milhões de barris de diesel "o quanto antes"; dos mais de 400 milhões de barris prometidos em março, cerca de 330 milhões já haviam sido liberados (REUTERS, 2026a). O relatório de acompanhamento que o G7 pediu à AIE em até 20 dias, com prazo por volta de 22 de outubro, não havia sido divulgado publicamente até o fechamento deste informe. Quanto a Ormuz, o chanceler iraniano, Abbas Araghchi, afirmou em 20 de outubro que a reabertura plena do estreito depende dos Estados Unidos cumprirem o memorando de Islamabad (KHAAMA PRESS, 2026), e, em 24 de outubro, o embaixador iraniano no Paquistão disse que Teerã reabriria o estreito se Washington suspendesse o bloqueio naval (IRAN INTERNATIONAL, 2026).

Por fim, o segundo turno da eleição presidencial brasileira, em 25 de outubro, vencido por Luiz Inácio Lula da Silva, gerou reações já tratadas em nosso informe sobre o G20. No âmbito do G7, destacam-se as manifestações dos líderes do grupo. Emmanuel Macron, que exerce a presidência do G7, escreveu: "Meus parabéns, Lula, pela sua reeleição. A França e o Brasil têm muito a construir juntos. Diante dos grandes desafios do nosso tempo, reforcemos nossa parceria estratégica e façamos viver a amizade entre nossos dois países a serviço de um mundo mais justo" (BRANDÃO, 2026). Friedrich Merz disse esperar aprofundar a parceria estratégica entre Alemanha e Brasil (MERZ, 2026), e Giorgia Meloni cumprimentou Lula e o povo brasileiro pela "extraordinária prova de participação eleitoral" (ANSA, 2026). Mark Carney destacou a relação comercial entre os dois países: "A relação entre o Canadá e o Brasil floresceu sob nossa parceria. Vamos aproveitar essa oportunidade para torná-la ainda mais forte, juntos – para criar novas grandes oportunidades de comércio, proteger o meio ambiente e construir maior prosperidade para os povos de ambos os países" (BRANDÃO, 2026). A primeira-ministra japonesa, Sanae Takaichi, disse esperar que Lula "continue a guiar o Brasil com sua forte liderança" e afirmou querer estreitar "ainda mais a parceria estratégica global numa gama ampla de áreas", entre elas um acordo entre Japão e Mercosul (BRANDÃO, 2026). Destoando dos demais, Donald Trump não se manifestou oficialmente e, em entrevista a jornalistas, afirmou que a eleição "pareceu outra eleição fraudada" (G1, 2026).

A agenda das próximas semanas inclui a conferência de doadores para Chernobyl, em Paris, e a segunda reunião de chanceleres do G7, em Marselha, ambas em 9 e 10 de novembro; o Fórum de Paris sobre a Paz, em 10 de novembro; e a reunião de ministros do Interior, em Lyon, em 20 e 21 de novembro (ELYSÉE, 2026b).

Referências

ANSA. Meloni, congratulazioni a Lula e ai brasiliani per la straordinaria partecipazione. Roma, 26 out. 2026. Disponível em: https://www.ansa.it/sito/notizie/topnews/2026/10/26/meloni-congratulazioni-a-lula-e-ai-brasiliani-per-la-straordinaria-partecipazione_417e76cf-024a-4477-a4f8-3c3b4b299c4b.html. Acesso em: 26 out. 2026.

AXIOS. Exclusive: Zelensky tells Axios Trump's diesel deal with Putin "not fair and not honest". Arlington, 9 out. 2026. Disponível em: https://www.axios.com/2026/10/09/exclusive-zelensky-putin-trump-diesel-deal. Acesso em: 26 out. 2026.

BRANDÃO, Marcelo. Líderes estrangeiros reconhecem vitória e parabenizam Lula. Agência Brasil, Brasília, 26 out. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-10/lideres-estrangeiros-reconhecem-vitoria-e-parabenizam-lula. Acesso em: 26 out. 2026.

CLYDE & CO. Sanctions alert: OFAC authorizes US imports of Russian diesel, but beware of limitations. Londres, out. 2026a. Disponível em: https://www.clydeco.com/en/insights/2026/10/ofac-authorizes-us-imports-of-russian-diesel. Acesso em: 26 out. 2026.

CLYDE & CO. President Trump waives new Russia sanctions and tariffs under the Lindsey O. Graham Sanctioning Russia & Iran Act. Londres, out. 2026b. Disponível em: https://www.clydeco.com/en/insights/2026/10/trump-waives-new-russia-sanctions-and-tariffs-unde. Acesso em: 26 out. 2026.

CONSELHO EUROPEU. European Council meeting (15 and 16 October 2026): conclusions. EUCO 14/26. Bruxelas, 16 out. 2026. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/media/4tglqede/en-20261016-european-council-conclusions.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

CTV NEWS. U.K. PM reiterates “complete solidarity” for Zelensky after Trump clash. Toronto, 10 out. 2026. Disponível em: https://www.ctvnews.ca/world/article/uk-pm-reiterates-complete-solidarity-for-zelensky-after-trump-clash/. Acesso em: 26 out. 2026.

EEAS. EU adopts its largest-ever package of sanctions listings, targeting the industry behind Russia’s war. Bruxelas, 12 out. 2026. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-adopts-its-largest-ever-package-sanctions-listings-targeting-industry-behind-russias-war_en. Acesso em: 26 out. 2026.

ELYSÉE. Videoconference with G7 leaders on the global energy situation. Paris, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/emmanuel-macron/2026/10/02/videoconference-with-g7-leaders-on-the-global-energy-situation. Acesso em: 26 out. 2026.

ELYSÉE. G7 agenda. Paris: Présidence de la République, 2026b. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/diary. Acesso em: 26 out. 2026.

EURONEWS. Trump says Ukraine needs new president after Zelenskyy condemns Russia fuel deal. Lyon, 10 out. 2026a. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/10/trump-says-ukraine-needs-new-president-after-zelenskyy-condemns-russia-fuel-deal. Acesso em: 26 out. 2026.

EURONEWS. IEA warns diesel prices in Europe could rise as global crunch lasts into 2027. Lyon, 14 out. 2026b. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/14/iea-warns-diesel-prices-in-europe-could-rise-as-global-crunch-lasts-into-2027. Acesso em: 26 out. 2026.

EURONEWS. “Democracy has won”: Europe celebrates Lula’s surprise victory in Brazil. Lyon, 26 out. 2026c. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/26/democracy-has-won-europe-celebrates-lulas-surprise-victory-in-brazil. Acesso em: 26 out. 2026.

FRANCE. Ministère de l’Économie et des Finances. Roland Lescure et Emmanuel Moulin ont coprésidé une réunion des ministres des finances et gouverneurs de banques centrales du G7 à Bangkok en marge des Assemblées annuelles du FMI et de la Banque mondiale. Communiqué de presse n. 1127. Paris, 15 out. 2026a. Disponível em: https://presse.economie.gouv.fr/french-finance-minister-roland-lescure-and-governor-of-the-banque-de-france-emmanuel-moulin-chaired-a-meeting-of-g7-finance-ministers-and-central-bank-governors-in-bangkok-on-the-sidelines-of-the-ann/. Acesso em: 26 out. 2026.

FRANCE. Ministère de l’Europe et des Affaires étrangères. Réunion des ministres du développement des pays du G7 à Bangkok. Paris, 16 out. 2026b. Disponível em: https://jp.diplomatie.gouv.fr/fr/reunion-des-ministres-du-developpement-des-pays-du-g7-bangkok. Acesso em: 26 out. 2026.

G1. Trump fala sobre eleição no Brasil: “pareceu mais uma eleição fraudada”. Rio de Janeiro, 26 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/10/26/trump-fala-sobre-eleicao-no-brasil-pareceu-mais-uma-eleicao-fraudada.ghtml. Acesso em: 26 out. 2026.

IRAN INTERNATIONAL. Iran sends conflicting signals on US deal as Trump raises prospect of strikes. Londres, 25 out. 2026. Disponível em: https://www.iranintl.com/en/202610252197. Acesso em: 26 out. 2026.

KHAAMA PRESS. Strait of Hormuz reopening depends on US, Iran says. Cabul, 21 out. 2026. Disponível em: https://www.khaama.com/strait-of-hormuz-reopening-iran/. Acesso em: 26 out. 2026.

MALAY MAIL. US Treasury chief Bessent to skip IMF annual meetings in Bangkok. Kuala Lumpur, 10 out. 2026. Disponível em: https://www.malaymail.com/news/money/2026/10/10/us-treasury-chief-bessent-to-skip-imf-annual-meetings-in-bangkok/238532. Acesso em: 26 out. 2026.

MERZ, Friedrich. Brasilien, die größte Demokratie Lateinamerikas, hat gewählt. Berlim, 26 out. 2026. X: @bundeskanzler. Disponível em: https://x.com/bundeskanzler/status/2114668450312310829. Acesso em: 26 out. 2026.

MIDIAMAX. Trump comenta eleições no Brasil: “não tomei partido, mas pareceu terrível para o mundo”. Campo Grande, 26 out. 2026. Disponível em: https://midiamax.com.br/mundo/2026/trump-comenta-eleicoes-brasil-nao-tomei-partido-pareceu-terrivel-mundo/. Acesso em: 26 out. 2026.

MORUNG EXPRESS. Diesel deal with Russia “out of the question”: Merz. Dimapur, 12 out. 2026. Disponível em: https://morungexpress.com/diesel-deal-with-russia-out-of-the-question-merz. Acesso em: 26 out. 2026.

NEWSWEEK. List of Republicans breaking with Trump on Russia sanctions waiver. Nova York, out. 2026. Disponível em: https://newsweek.com/list-republicans-breaking-trump-russia-sanctions-waiver-12590802. Acesso em: 26 out. 2026.

REUTERS. IEA to speed up oil stocks release including over 20 million barrels of diesel. Paris, 15 out. 2026a. Disponível em: https://live.euronext.com/en/financial-news/iea-speed-oil-stocks-release-including-over-20-million-barrels-diesel. Acesso em: 26 out. 2026.

REUTERS. G7 plans tabletop exercises to counter AI-driven cyber attacks. Bangkok, 16 out. 2026b. Disponível em: https://www.globalbankingandfinance.com/g7-launch-exercises-guard-against-ai-cyber-attacks/. Acesso em: 26 out. 2026.

Investimentos em saúde como consumidor e como Estado, acesso à informação e qualificação de carreiras: a última quinzena da OCDE e seus avanços no diálogo entre indivíduo e coletivo no âmbito da saúde pública

Los aspectos más destacados de la OCDE se reparten entre cuatro estudios sobre diversos temas relacionados con la salud y otro sobre la pobreza, las desigualdades y la cooperación para el desarrollo

Healthcare investments from the perspectives of consumers and the government, access to information, and career development: the latest OECD report and its contributions to the dialogue between individuals and the collective in the realm of public health.

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre quatro estudos de temas variados sobre saúde e outro sobre pobreza, desigualdades e cooperação para o desenvolvimento.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *Los aspectos más destacados de la OCDE se reparten entre cuatro estudios sobre diversos temas relacionados con la salud y otro sobre la pobreza, las desigualdades y la cooperación para el desarrollo.*

Palabras clave*: OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The OECD’s highlights include the four studies on various health-related topics and another on poverty, inequality, and development cooperation.*

Keywords: *OECD; international cooperation.*

Durante a primeira metade do mês de outubro de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu uma série de interessantes acréscimos em seu já robusto acervo e biblioteca virtual. Assim, o presente informe ressalta brevemente alguns desses avanços e pontua suas contribuições individuais para o escopo geral dos debates e análises de seus respectivos temas.

O primeiro deles é o relatório *"Economic Valuation of Chemicals-Related Health Effects: A Practical Guide to Quantifying Morbidity Effects in Environmental Cost-Benefit Analysis"*, que compila e apresenta sinteticamente os resultados da iniciativa da organização intergovernamental em compreender e investigar a possibilidade de contribuições monetárias por parte da sociedade civil (de forma individual) para evitar e escapar de efeitos negativos à saúde relacionados a produtos químicos (*SWACHE*, na sigla em inglês). A análise busca estabelecer valores internacionalmente comparáveis para esse investimento material, seus parâmetros, limites e alcances. O relatório abrange estimativas harmonizadas de dez efeitos não fatais à saúde: perda de QI em crianças, doença renal crônica, asma em adultos e crianças, infertilidade, peso muito baixo ao nascer, hipertensão, hipotireoidismo, câncer não fatal, aborto espontâneo e sensibilização cutânea.

A pesquisa atenta como, embora muitos produtos químicos desempenhem um papel importante na vida cotidiana, os mesmos não só podem, como devem ser gerenciados de forma adequada para limitar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente. O recorte de custo-benefício é utilizado então como lente central para comparar os benefícios sociais da regulamentação desses produtos químicos com os custos da implementação das políticas públicas, preenchendo a lacuna de dados comparáveis e quantificáveis sobre o benefício monetário da redução do ônus físico, emocional, social e econômico de consumidores comuns decorrente dos efeitos à saúde resultantes da exposição a tais produtos químicos.

A informação derivada da iniciativa pode também ser incorporada em análises de praticidade e equilíbrio financeiro de políticas e regulamentações, assim como em outras análises de efeitos relevantes na saúde para além de produtos químicos e contextos políticos-econômicos, como na regulamentação de políticas sobre poluição do ar ou da água, programas de prevenção ou o estabelecimento de padrões de saúde em conexão a questões mais ligadas ao meio-ambiente. Ademais, o documento sugere que os resultados obtidos e o escopo geral da pesquisa, especialmente na profundidade, abrangência e escala de suas entrevistas e enquetes, podem ser de utilidade e interesse para a transposição dessas análises feitos em países pesquisados para então países ainda não pesquisados. Isto é, servindo como exemplo e fonte de estudo para possíveis implementações de soluções.

Na esteira da discussão, o documento *"Improving estimates of spending on prevention and public health in the European Union"* se preocupa em avaliar a qualidade e a integridade dos relatórios dos países integrantes da União Europeia sobre promoção da saúde pública e prevenção de doenças generalizadas, buscando, de modo eficaz, como desenvolver métodos para quantificar as lacunas identificadas. Os resultados iniciais do estudo sugerem que os gastos relatados podem subestimar os gastos com prevenção em cerca de um quarto, sendo as maiores lacunas observadas nos programas de monitoramento do estado de saúde e na vigilância epidemiológica. O documento também explora a possibilidade de aumentar o nível de detalhamento para fins de formulação de políticas mais eficientes em termos econômicos, identificando gastos direcionados a fatores de risco, grupos populacionais e doenças específicas. A solução mais viável parece ser desagregar os gastos com imunização por tipo de vacina e

identificar os custos de programas individuais de rastreamento de câncer. Por outro lado, a elaboração de relatórios detalhados sobre atividades coletivas, como a própria promoção da saúde e a vigilância epidemiológica, é mais desafiadora para os países, uma vez que as informações agregadas sobre os programas frequentemente carecem de detalhes, dificultando a atribuição a atividades específicas de saúde pública.

Já no *policy brief "Determining public interest in the secondary use of health data"*, a atenção principal recai ao tema de acesso a dados de saúde para usos secundários e o interesse público em sua discussão. Se por um lado o acesso a tais dados pode, por exemplo, melhorar diversos e abrangentes resultados em saúde, aprimorar a tomada de decisões, fortalecer o desempenho do sistema de saúde e apoiar a inovação na área quando combinados com inteligência artificial responsáveis e confiáveis, por outro a viabilização do acesso e a sua reutilização, ao mesmo tempo que se protege a privacidade, exige uma governança robusta e uma análise cuidadosa por órgãos autorizados para reduzir riscos que afetem diretamente e indiretamente a sociedade civil. No entanto, o cenário atual confere uma falta de definições claras no assunto e também múltiplas e distintas abordagens entre os órgãos de revisão, gerando barreiras ao acesso aos dados e dificultando a colaboração dentro e entre países.

Diante disso, o documento da organização internacional econômica identifica e sinaliza cinco categorias amplas de critérios relevantes para a avaliação do interesse público: saúde populacional e planejamento; pesquisa e inovação; considerações éticas e de risco; equidade em saúde; e comunicação pública e transparência. Também descreve as abordagens recomendadas pela organização a fim de auxiliar os formuladores de políticas a viabilizar uma governança de dados de saúde mais consistente, confiável, segura e eficaz.

Outro destaque da quinzena foi o *policy brief "Guidance note for implementing flexible learning pathways into healthcare occupations"*, fruto de uma parceria entre a OCDE e a Organização Internacional do Trabalho, que lança luz sobre as carreiras de profissionais no setor de saúde, mais especificamente como os países podem vir a fortalecer seus sistemas de qualificação técnica a fim de ampliar o acesso de trabalhadores em tal área. Desse modo, são sinalizados cinco pilares fundamentais para o desenvolvimento de percursos de aprendizagem flexíveis que permitam que indivíduos de origens diversas ingressem e progridam em ocupações na área da saúde. Ademais, o documento destaca alavancas práticas para que os formuladores de políticas apoiem um desenvolvimento da força de trabalho mais inclusivo e responsivo. Também é frisado como percursos de especialização e aprofundamento técnico e teórico mais flexíveis e responsivos podem ajudar a ampliar o ingresso de profissionais na área da saúde, desbloquear talentos adicionais e, principalmente, abordar a escassez de mão de obra no setor. Ao promover percursos de formação mais adaptáveis e inclusivos, é esperado a criação de oportunidades de carreira significativas, contribuindo de modo simultâneo para sistemas de saúde mais fortes e resilientes.

Em paralelo, a organização divulgou o documento intitulado *"OECD Guidance on Reducing Poverty and Inequalities through Development Co-operation"*, publicação guia que funciona como um recurso para fortalecer o impacto da cooperação para o desenvolvimento, buscando tornar claro e conciso como a pobreza e as desigualdades estão profundamente interligadas, analisando o modo como a redução de uma frente acelera o progresso na outra. O guia reconhece as causas estruturais e a natureza multidimensional dessas questões, bem como a forma como elas moldam os recursos, os direitos, as oportunidades e a resiliência das pessoas, abrangendo aspectos relacionados à renda, gênero, raça e outros. Posto isso, são apresentadas

ações para que os parceiros de desenvolvimento intensifiquem o foco no combate à pobreza e na desigualdade e, assim, aumentem consideravelmente as suas contribuições e as forças de suas cooperações, sempre com base em evidências e boas práticas de toda a comunidade de desenvolvimento.

O documento ainda delineia abordagens recomendadas pela OCDE para integrar essas metas no planejamento estratégico, a fim de, ao mesmo tempo, direcionar e mobilizar recursos para aqueles que mais precisam, promover parcerias equitativas e ainda fortalecer os sistemas de dados, monitoramento e avaliação, visando maior prestação de contas e melhores resultados verificáveis e auditáveis.

Referências

OECD. Economic Valuation of Chemicals-Related Health Effects: A Practical Guide to Quantifying Morbidity Effects in Environmental Cost-Benefit Analysis. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://doi.org/10.1787/b58b7451-en.

Morgan D, Mueller M, Ramachandran N. Improving estimates of spending on prevention and public health in the European Union. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23];199. Available from: https://doi.org/10.1787/2bdddb5d-en.

OECD. Determining public interest in the secondary use of health data. OECD Policy Briefs [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23];70. Available from: https://doi.org/10.1787/5105c8dc-en.

OECD, ILO. Guidance note for implementing flexible learning pathways into healthcare occupations. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://doi.org/10.1787/cc0d82b6-en.

OECD. OECD Guidance on Reducing Poverty and Inequalities through Development Co-operation. Best Practices in Development Co-operation [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 23]. Available from: https://doi.org/10.1787/d6690bba-en.